



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATO Nº 06/2021**

**CONTRATO Nº 06/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0003528-48.2021.6.22.8000**

**CONTRATAÇÃO DIRETA (EMERGENCIAL) POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**CONTRATO EMERGENCIAL QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA., PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO INDICADAS NESTE INSTRUMENTO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.706.238/0001-04, com sede na Avenida Engº Anysio da Rocha Compasso, 7580, bairro Aponiã, CEP: 76.824-052, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 99900-9863 / (69) 3222-0559, E-mail(s): [diretoria@marok.com.br](mailto:diretoria@marok.com.br) / [licitacao@marok.com.br](mailto:licitacao@marok.com.br), neste ato representada pelo sócio administrador, senhor **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG 34267726098983/SSP-GO e do CPF 850.911.111-15, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, com fulcro no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e em conformidade com o Ato de Ratificação de Dispensa de Licitação constante no Despacho n. 1581/2021-PRES/DG/GABDG, de 13/11/2021 (evento [0761455](#)); bem como na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil), bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a contratação EMERGENCIAL de empresa de engenharia para prestação de serviços para retirada dos destroços gerados pelo desmoronamento do telhado do edifício sede do TRE-RO, decorrente do violento tornado (temporal), bem como para o restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica do edifício sede do TRE-RO e para a reconstrução da cobertura, conforme Planilhas Orçamentárias anexas ao Projeto Básico respectivo (eventos [0759134](#), [0759135](#), [0759137](#), [0759139](#) e [0759141](#)) e detalhamento abaixo:

1. Desobstrução de avenida, desmobilização de cobertura afetada por sinistro, implantação de estrutura de rede elétrica e reestabelecimento da energia do prédio em caráter emergencial, conforme Ordem de Serviço n. 10/2021 (0759484);
2. Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto estrutural mecânico, impermeabilização de laje, instalação de sistema de drenagem de águas pluviais, alvenaria de vedação, reboco, estrutura metálica de cobertura, telhado, calhas e rufos, conforme Ordem de Serviço n. 11/2021 (0759485);
3. Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de revisão e correção das instalações elétricas de baixa tensão e lógicas prediais do prédio sede do TRE-RO, conforme Ordem de Serviço n. 12/2021 (0759487);
4. Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), conforme Ordem de Serviço n. 13/2021 (0759488); e
5. Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto estrutural mecânico, reforço da estrutura metálica existente, substituição de algumas telhas danificadas, instalação de calhas e rufos nos pontos onde foram danificadas no lado B, conforme Ordem de Serviço n. 14/2021 (0759489).

**Subcláusula Primeira** – A contratada deverá atender todas as condições indicadas neste instrumento, no Projeto Básico respectivo e em seus anexos,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

incluindo os critérios de sustentabilidade ambiental e as condições de habilitações e de qualificações em geral, indicados no Projeto Básico correspondente.

**Subcláusula Segunda** – A garantia dos serviços prestados obedecerá a legislação aplicável à obras e serviços de engenharia, com período contado a partir do recebimento definitivo deste objeto pelo gestor desta contratação, sendo que, caso seja constatado qualquer vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados, a contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição dos serviços executados no prazo definido pelo contratante, contados da notificação do TRE/RO, ficando por conta exclusiva da empresa contratada as despesas decorrentes desses reparos e/ou substituições.

**Subcláusula Terceira** – Quanto ao local, os serviços deverão ser realizados no Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), localizado na Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO.

**Subcláusula Quarta** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Projeto Básico respectivo, na proposta da CONTRATADA, no Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Dispensa de Licitação, assim como seus anexos e documentações técnicas.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 57, § 1º e § 3º, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo de vigência desta contratação é de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura deste instrumento via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, e os prazos de execução dos serviços ora contratados serão os prazos individuais estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS), conforme síntese abaixo:

1. OS n. 10/2021 (0759484), prazo de emissão: 30/10/2021, prazo de execução: 07 dias;
2. OS n. 11/2021 (0759485), prazo de emissão: 01/11/2021, prazo de execução: 20 dias;
3. OS n. 12/2021 (0759487), prazo de emissão: 02/11/2021, prazo de execução: 15 dias;
4. OS n. 13/2021 (0759488), prazo de emissão: 02/11/2021, prazo de execução: 20 dias; e
5. OS n. 14/2021 (0759489), prazo de emissão: 02/11/2021, prazo de execução: 45 dias.

**Subcláusula única** – A empresa contratada deverá assinar a aceitação da OS no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado feito pelo TRE-RO.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O valor deste contrato é de **R\$ 1.955.170,78 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos)**, conforme detalhamento a seguir:

QUADRO RESUMO		
Ordem de Serviço	Detalhamento do Objeto	Valor
10 (0759484)	Desobstrução de avenida, desmobilização de cobertura afetada por sinistro, implantação de estrutura de rede elétrica e reestabelecimento da energia do prédio em caráter emergencial.	R\$ 238.430,28
11	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para	R\$ 936.891,42



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(0759485)	elaboração de projeto estrutural mecânico, impermeabilização de laje, instalação de sistema de drenagem de águas pluviais, alvenaria de vedação, reboco, estrutura metálica de cobertura, telhado, calhas e rufos.	
12 (0759487)	Fornecimento de de mão de obra especializada e materiais para execução de revisão e correção das instalações elétricas de baixa tensão e lógicas prediais do prédio sede do TRE-RO.	R\$ 47.926,95
13 (0759488)	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA).	R\$ 191.617,66
14 (0759489)	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto estrutural mecânico, reforço da estrutura metálica existente, substituição de algumas telhas danificadas, instalação de calhas e rufos nos pontos onde foram danificadas no lado B.	R\$ 540.304,47
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.955.170,78</b>

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta Contratação como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** -As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 339039, inicialmente



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme Nota de Empenho n. 2021NE000393, de 17/11/2021 (evento [0762576](#)), a ser reforçada durante a vigência desta contratação, caso necessário, conforme resumo a seguir:

<b>Categoria</b>	<b>Orçamento ordinário</b>
<b>Agregador</b>	MANUTENÇÃO GERAL
<b>Despesa agregada</b>	MANUTENÇÃO PREDIAL
<b>Plano interno</b>	ADM APOIO

**Subcláusula Terceira** - Quanto à repactuação, ao reajuste, à revisão, ao reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Quanto ao pagamento, deverá ser observado o que segue:

1. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
2. Os pagamentos serão realizados quinzenalmente ou após a conclusão do referido serviço previsto na respectiva OS, através de medição apresentada pela CONTRATADA e atestada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.
3. A regularidade fiscal da contratada poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;
4. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo contratante para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
5. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:
  - 5.1 Fazenda Federal / Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
  - 5.2 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### 5.3 Justiça do Trabalho.

6. A não apresentação da documentação constante acima ocasionará a retenção do pagamento, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;

7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

8. O pagamento, se houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

9. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 15 (quinze) dias ou após a **conclusão do referido serviço previsto na respectiva OS;**

10. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas;

11. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;

12. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

13. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais;**

14. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$M = I \times N \times \frac{VP}{100}$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	efetivo				pagamento;
VP	=	Valor	da	parcela	a ser paga.
I	=	Índice de compensação financeira	=	0,00016438,	assim apurado:
I	=	((TX)/365)	I	=	((6/100)/365)
I	=	0,00016438			
TX	=	Percentual da taxa anual	=	6%.	

15. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

16. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa;

17. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

## **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67 da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – No TRE-RO, Gestão e a Fiscalização administrativa deste contrato serão exercidas conforme a seguir:

1. A gestão do contrato ficará a cargo do titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.
2. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente na Ordem de Serviço ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.
3. As competências do Gestor e do Fiscal do contrato estão definidas na Seção V - Da gestão e da fiscalização dos contratos, da INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE-RO Nº 004/2008 de 30/10/2008, ou em outra que a venha suceder.
4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O CONTRATANTE, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se a:

1. Expedir a Ordem de Serviço;
2. Reunir-se com a Contratada, para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
3. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
4. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
5. Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
6. Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;
7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;
8. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;
9. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;
11. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;

12. Ceder à contratada, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;

13. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

14. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

15. Receber Provisoriamente e Definitivamente, com observância das regras deste PB, os serviços nos prazos pactuados, contados da comunicação escrita da CONTRATADA, o qual só será emitido se não houver qualquer pendência quantitativa;

16. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – A CONTRATADA, além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se ao a:

1. Executar os serviços em conformidade com todas as disposições determinadas no Projeto Básico respectivo, cumprindo e fazendo cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas;

2. É de responsabilidade da contratada todo o material necessário à perfeita execução do objeto, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor;

3. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços;

4. Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto dos serviços;
6. A empresa contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência e concordância do TRE-RO;
7. Os serviços não aceitos deverão ser refeitos, à vista das especificações respectivas, sem que disso resulte atraso na execução, ficando a contratada obrigada a refazer os trabalhos, bem como remover os entulhos, sem ônus ao TRE-RO;
8. Os funcionários que executarão os serviços contratados deverão fazer uso de uniformes padronizados, inclusive com crachás de identificação, com nome, fotografia e função;
9. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante realização dos serviços, ainda que acontecido em dependência do contratante;
10. Utilizar placas indicativas e material de proteção na área de realização do trabalho, tanto em relação aos serviços que estão sendo executados quanto a quaisquer equipamentos presentes no campo de trabalho, a fim de servir de alerta, evitando assim eventuais acidentes com pessoas que circulam pela edificação, uma vez que as reformas serão executadas em local de trânsito de pessoas;
11. A contratada deverá prover os funcionários com Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI e NR-1;
12. Os trabalhadores que não estiverem portando EPIs deverão ser retirados imediatamente do campo de trabalho, podendo retornar somente após a correta utilização dos mesmos;
13. Devido a pandemia do COVID 19, a empresa deverá fornecer máscara aos seus funcionários e álcool em gel para manter a higiene e evitar eventual contágio;
14. Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

16. Não contratar de empregados ou admitir em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes;

17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes, observado o que segue:

17.1 Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário);

2.18. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

## **DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA NONA** – Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo emitido pelo Fiscal do Serviço e Gestor da demanda, sendo que o recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

### **1. PROVISÓRIAMENTE:**

1.1 A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO que todos os serviços e fornecimentos objeto desta contratação foram concluídos, além dos seguintes documentos:

1.1.1 Documentação “*as built*”, incluindo atualização dos desenhos do projeto executivo, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos, marca/modelo e "manuais de uso" das instalações e equipamentos;

1.2 A FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da CONTRATADA conforme item i. acima, desde que constatada através de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

vistoria, a condição de conclusão quantitativa satisfatória e imprescindível para o uso e funcionamento do objeto;

1.3 Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, não será reconhecido efeito da comunicação ao CONTRATANTE, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento Provisório e na caracterização de atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual;

1.4 Se porventura, durante a vistoria para o recebimento provisório, a FISCALIZAÇÃO constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se prazo compatível, de até 10 (dez) dias da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, para a CONTRATADA, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas;

1.5 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado no Termo de Recebimento Provisório, por escrito, comunicado à FISCALIZAÇÃO solicitando a realização de nova vistoria;

1.6 Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a FISCALIZAÇÃO emitirá comunicado interno no prazo de 05 (cinco) dias, para que sejam tomadas as providencias com vistas ao recebimento definitivo;

1.7 Se porventura, durante a nova vistoria, verificar que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

### **2. DEFINITIVAMENTE:**

2.1 O CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada;

2.2 Havendo, no prazo previsto no subitem i. acima, o surgimento de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias contados da comunicação à CONTRATADA, para que esta, às suas expensas, efetue as correções necessárias;

2.3 Sanadas as pendências, em até 10(dez) dias após comunicação da CONTRATADA à CONTRATANTE, deverá ser efetuada vistoria final e verificadas as perfeitas adequações do serviço aos termos do Projeto Básico, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4 Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA**– Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas, conforme segue:

**1) SANÇÕES MORATÓRIAS:** O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções, de acordo com a Lei nº 8.666/93:

1.1 Atraso injustificado na entrega do objeto desta contratação: **até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da contratação, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor;

1.2 Atraso injustificado na entrega do objeto desta contratação **por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso**, aplicada sobre o valor global da contratação, **podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato;

1.3 Atraso injustificado na **entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,25% (vinte e cinco décimos) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global desta contratação, limitado a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) desse valor, podendo gerar a rescisão do contrato.

1.4 Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

1.4.1 Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4.2 De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

1.4.3 Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**2) SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

2.1.1 Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

2.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

2.1.3. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

2.1.4. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

2.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

2.2. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.

2.3. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

2.4. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

2.5. As multas e demais penalidades não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

2.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

2.7. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

2.8. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

2.9. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

2.10. Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

2.11. De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

2.12. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

2.13. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

2.14. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

2.15. As multas e demais sanções previstas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

2.16. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

2.17. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

2.18. O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**  
**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

- I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e
- III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quinta** – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Sétima** – Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas legislações e normas indicadas no início deste contrato, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula única** – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 17 de novembro de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>RICARDO MOREIRA DOS SANTOS</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/11/2021, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO MOREIRA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 18/11/2021, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 18/11/2021, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 18/11/2021, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0762666** e o código CRC **910F2AF4**.

---

0003528-48.2021.6.22.8000

## **PROJETO BÁSICO Nº 13/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

### **1. INTRODUÇÃO**

#### **1.1 Da exigência do Projeto Básico:**

1.1.1 Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, § 2º e 9º da Lei n. 8.666/93, elabora-se o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia, por dispensa de licitação, com a finalidade de contratação emergencial da Empresa **MAROK Serviços de Engenharia Ltda.**, inscrita no CNPJ n.º 15.706.238/0001-04, com sede na cidade de Porto Velho - RO, à Avenida Engº Anyisio





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Rocha Compasso, 7580, Aponia, CEP 76.824-052, telefone (69) 99900-9863, e-mail: [diretoria@marok.com](mailto:diretoria@marok.com).

### **1.2 Do enquadramento da dispensa de licitação:**

1.2.1 A dispensa de licitação enquadra-se no artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93, “in verbis”:

*“Art. 24. - É dispensável a licitação:*

*IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo, ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa...” (grifo nosso)”*

### **1.3 Da caracterização da Emergência:**

1.3.1 Tragicamente, no dia 29.10.2021, aproximadamente às 16h, a sede do Tribunal foi acometida por um forte tornado que “arrancou” o telhado frontal do edifício. As instalações foram inundadas com a forte chuva que acompanhou o vendaval.

1.3.2 Com os destroços do telhado, “lançados” pelo vento, o trânsito da Av. Rogério Weber ficou totalmente interditado. Postes de energia elétrica foram derrubados, fiação e cabos destruídos, deixando o Tribunal sem energia elétrica.

1.3.3 As instalações do Plenário, Presidência, Corregedoria, Diretoria-Geral e outras unidades foram inundadas. Móveis e equipamentos foram molhados.

1.3.4 O Datacenter do Tribunal foi desativado, o Tribunal ficou sem acesso a sistemas e ferramentas de trabalho.

1.3.5 O Relatório Fotográfico ANEXO ([0759507](#)) a este Projeto Básico demonstra a situação que a tragédia causou.

1.3.6 Com o início do inverno, novas chuvas adentrando nas instalações do Tribunal poderiam comprometer as paredes de gesso acartonado, instalações elétricas, sistema digital de ar-condicionado, forros, pisos laminados, Noobreak ativos de TI, elevadores e outros. Ações imediatas precisavam ser tomadas para solucionar a grave situação em curto espaço de tempo.

### **1.4 Da escolha da Empresa:**

1.4.1 Imediatamente, o Secretário da SAOFC convocou a Unidade Técnica de Engenharia – SEMAP, para buscar a solução mais rápida para contornar **a grave situação**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4.2 Dentre os fornecedores que já executaram serviços para este Tribunal, a Empresa Amarok Serviços de Engenharia Ltda. foi considerada a mais apta para execução do objeto, pois, **caracterizada a urgência, foi necessário avaliar:** Qualificação técnica da empresa; disponibilidade de pessoal (engenheiro elétrico, eletricitas, auxiliares, e outros); disponibilidade de equipamentos pesados, como caminhões, carretas e guindastes, (dada a quantidade de destroços interditando a Avenida Rogério Werber e a altura que ficaram “penduradas” parte da estrutura metálica e telhas); regularidade fiscal para pagamento e; principalmente: **Disponibilidade para início imediato dos serviços.**

1.4.3 Após reunião com o representante da Empresa, os trabalhos **foram iniciados imediatamente**, com retirada dos destroços, utilização de guindastes e restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica (recolocação de postes, cabeamento, materiais elétricos, etc).

## **2. OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

### **2.1 DO OBJETO**

2.1.1 Contratação **EMERGENCIAL** de empresa de engenharia para prestação de serviços para retirada dos destroços gerados pelo desmoronamento do telhado do tribunal “acometido” de violento tornado; restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica do edifício sede deste Tribunal e a reconstrução da cobertura, conforme Planilhas Orçamentárias anexas ([0759134](#), [0759135](#), [0759137](#), [0759139](#) e [0759141](#)), este Projeto Básico e detalhamento abaixo:

2.1.1.1 Desobstrução de avenida, desmobilização de cobertura afetada por sinistro, implantação de estrutura de rede elétrica e reestabelecimento da energia do prédio em caráter emergencial, conforme Ordem de Serviço n. 10/2021 ([0759484](#));

2.1.1.2 Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto estrutural mecânico, impermeabilização de laje, instalação de sistema de drenagem de águas pluviais, alvenaria de vedação, reboco, estrutura metálica de cobertura, telhado, calhas e rufos, conforme Ordem de Serviço n. 11/2021 ([0759485](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1.1.3 Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de revisão e correção das instalações elétricas de baixa tensão e lógicas prediais do prédio sede do TRE-RO, conforme Ordem de Serviço n. 12/2021 ([0759487](#));

2.1.1.4 Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), conforme Ordem de Serviço n. 13/2021 ([0759488](#));

2.1.1.5 Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto estrutural mecânico, reforço da estrutura metálica existente, substituição de algumas telhas danificadas, instalação de calhas e rufos nos pontos onde foram danificadas no lado B, conforme Ordem de Serviço n. 14/2021 ([0759489](#)).

## **2.2 DO VALOR**

2.2.1 Após reunião com os engenheiros da empresa e nossa unidade técnica, levantadas as necessidades, foram emitidas as Ordens de Serviços constantes na Tabela abaixo que totalizam o montante de **R\$ 1.955.170,78 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos)**.

<b>QUADRO RESUMO</b>	
<b>Ordem de Serviço</b>	<b>Detalhamento do Objeto</b>
10 ( <a href="#">0759484</a> )	Desobstrução de avenida, desmobilização de cobertura afetada por sinistro, estrutura de rede elétrica e reestabelecimento da energia do prédio em caráter em
11 ( <a href="#">0759485</a> )	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto mecânico, impermeabilização de laje, instalação de sistema de drenagem de alvenaria de vedação, reboco, estrutura metálica de cobertura, telhado, calhas e r
12 ( <a href="#">0759487</a> )	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de revisão das instalações elétricas de baixa tensão e lógicas prediais do prédio sede do TRE-RO
13 ( <a href="#">0759488</a> )	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para execução de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA).
14 ( <a href="#">0759489</a> )	Fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto mecânico, reforço da estrutura metálica existente, substituição de algumas tel



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	instalação de calhas e rufos nos pontos onde foram danificadas no lado B.
	<b>TOTAL</b>

2.2.2 As planilhas apresentadas pela empresa, que originaram as respectivas Ordens de Serviços, foram validadas pelos engenheiros do Tribunal, responsáveis pela fiscalização das atividades, que analisaram as soluções, quantitativos e preços apresentados, conforme Manifestação nº 27/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759493](#)).

2.2.3 Na validação do peço será observado o que dispõe o **Decreto Federal n. 7.983/2013**, que estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da União e estabeleceu o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, como referencial de preços, que assim dispõe:

*“Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.”*

### **3. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

3.1 A presente contratação surgiu em decorrência de um fato imprevisível e em caráter emergencial para atender a urgência e mitigar os prejuízos decorrente do violento temporal/tornado que atingiu o prédio sede do TRE-RO. O Tribunal utilizará remanejamento orçamentário disponível para acobertar as despesas, com reforço encaminhados pelo Tribunal Superior Eleitoral.

### **4. DA GARANTIA**

4.1 A garantia dos serviços prestados obedecerá à legislação aplicável a obras e serviços de engenharia, com período contado a partir do recebimento definitivo pelo gestor da contratação.

4.2 Caso seja constatado qualquer vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados, a contratada deverá providenciar o reparo e/ou



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

substituição no prazo definido pela contratante, contados do comunicado do TRE/RO, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

### **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1 Local: Os serviços deverão ser realizados no Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), localizado na Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa da União, Porto Velho - RO, CEP: 76.805-859.

5.2 Prazo: 90 (noventa) dias de vigência e os prazos de execução serão **observados os prazos individuais estabelecidos em cada Ordem de Serviço (OS), conforme síntese abaixo:**

**5.2.1 OS n. 10/2021 (0759484), prazo de emissão: 30/10/2021, prazo de execução: 07 dias;**

**5.2.2 OS n. 11/2021 (0759485), prazo de emissão: 01/11/2021, prazo de execução: 20 dias;**

**5.2.3 OS n. 12/2021 (0759487), prazo de emissão: 02/11/2021, prazo de execução: 15 dias;**

**5.2.4 OS n. 13/2021 (0759488), prazo de emissão: 02/11/2021, prazo de execução: 20 dias;**

**5.2.5 OS n. 14/2021 (0759489), prazo de emissão: 02/11/2021, prazo de execução: 45 dias;**

5.3 A empresa deverá assinar a aceitação da OS no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado feito pelo TRE-RO.

### **6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

6.1 Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem a **Resolução N° 400 de 16 de junho de 2021**: Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e **Resolução TSE n° 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

6.2 De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.3 Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6<sup>a</sup> da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

*[...]*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

*[...]*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;*

6.3 Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição.

6.4 Dessa forma, será exigido da CONTRATADA que os resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços, sejam tratados em atendimento à legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente no Município de Porto Velho.

## **7. DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL**

### **7.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.1.1 A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o Inciso III, art. 28 da lei 8.666/1993, apresentação de Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com as suas alterações com o CNPJ.

7.1.2 A documentação apresentada pela empresa contratada atendeu a exigência constante neste item do PB, conforme Anexo ([0759848](#)).

### **7.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.1 A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, consistirá, neste caso, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

7.2.2 Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, certidões com as seguintes regularidades:

7.2.2.1 Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);

7.2.2.2 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

7.2.3 A documentação apresentada pela empresa contratada atendeu a exigência constante neste item do PB, conforme Anexo ([0759849](#)).

## **7.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL/PROFISSIONAL**

7.3.1 Registro ou inscrição da pessoa jurídica na entidade profissional competente – CREA, dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos;

7.3.2 Registro ou inscrição do responsável técnico na entidade profissional competente – CREA, dentro do prazo de validade;

7.3.3 Emissão e recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART necessária à execução do objeto.

7.3.4 A documentação apresentada pela empresa contratada atendeu a exigência constante neste item do PB, conforme Anexo ([0759852](#)).

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Executar os serviços em conformidade com todas as disposições determinadas neste PB.

8.2 É de responsabilidade da contratada todo o material necessário à perfeita execução do objeto, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

8.3 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados durante a execução dos serviços.

8.4 Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.5 Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de quaisquer espécies, incidentes sobre o objeto dos serviços.

8.6 A empresa contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência e concordância do TRE.

8.7 Os serviços não aceitos deverão ser refeitos, à vista das especificações respectivas, sem que disso resulte atraso na execução, ficando a contratada obrigada a refazer os trabalhos, bem como remover os entulhos, sem ônus ao TRE-RO.

8.8 Os funcionários que executarão os serviços contratados deverão fazer uso de uniformes padronizados, inclusive com crachás de identificação, com nome, fotografia e função.

8.9 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante realização dos serviços, ainda que acontecido em dependência do contratante.

8.10 Utilizar placas indicativas e material de proteção na área de realização do trabalho, tanto em relação aos serviços que estão sendo executados quanto a quaisquer equipamentos presentes no campo de trabalho, a fim de servir de alerta, evitando assim eventuais acidentes com pessoas que circulam pela edificação, uma vez que as reformas serão executadas em local de trânsito de pessoas.

8.11 A contratada deverá prover os funcionários com Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, necessários à execução dos serviços, bem como fiscalizar o seu uso, assumindo a responsabilidade pela execução dos serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, obedecendo ao disposto nas Normas Regulamentadoras NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI e NR-1.

8.12 Os trabalhadores que não estiverem portando EPIs deverão ser retirados imediatamente do campo de trabalho, podendo retornar somente após a correta utilização dos mesmos.

8.13 Devido a pandemia do COVID 19, a empresa deverá fornecer máscara aos seus funcionários e álcool em gel para manter a higiene e evitar eventual contágio.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Expedir a Ordem de Serviço;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2 Reunir-se com a Contratada, para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;

9.3 Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

9.4 Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;

9.5 Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;

9.6 Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;

9.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;

9.8 Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

9.9 Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.10 Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;

9.11 Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis.

9.12 Ceder à contratada, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;

9.13 Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

9.14 Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.15 Receber Provisoriamente e Definitivamente, com observância das regras deste PB, os serviços nos prazos pactuados, contados da comunicação escrita da CONTRATADA, o qual só será emitido se não houver qualquer pendência quantitativa;

9.16 Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

10.2 Os pagamentos serão realizados nas seguintes condições:

10.2.1 Quinzenalmente ou após a conclusão do referido serviço previsto na respectiva OS, através de medição apresentada pela CONTRATADA e atestada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE

10.3 A regularidade fiscal da contratada poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF

10.4 Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo contratante para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

10.5 A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:

10.5.1 Fazenda Federal / Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

10.5.2 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.3 Justiça do Trabalho;

10.6 A não apresentação da documentação constante do *item e.* acima, ocasionará a retenção do pagamento, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;

10.7 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8 O pagamento, se houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.

10.9 Será realizado 01 (um) pagamento a cada 15 (quinze) dias ou após a **conclusão do referido serviço previsto na respectiva OS.**

10.10 Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.

10.11 O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço.

10.12 Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

10.13 Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais.**

10.14 Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times VP$	Onde:
	EM = Encargos moratórios;
	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
	VP = Valor da parcela a ser paga.
	I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
	$I = ((TX)/365)$ $I = ((6/100)/365)$ $I = 0,00016438$
	TX = Percentual da taxa anual = 6%.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.15 A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10.16 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## **11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

11.1 Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo emitido pelo Fiscal do Serviço e Gestor da demanda.

11.2 O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

### **11.3 PROVISÓRIAMENTE:**

11.3.1 A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO que todos os serviços e fornecimentos objeto desta contratação foram concluídos, além dos seguintes documentos:

11.3.1.1 Documentação “*as built*”, incluindo atualização dos desenhos do projeto executivo, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos, marca/modelo e "manuais de uso" das instalações e equipamentos;

11.3.2 A FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da CONTRATADA conforme item i. acima, desde que constatada através de vistoria, a condição de conclusão quantitativa satisfatória e imprescindível para o uso e funcionamento do objeto;

11.3.3 Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, não será reconhecido efeito da comunicação ao CONTRATANTE, o que implicará na **não emissão do Termo de Recebimento Provisório** e na caracterização de atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual;

11.3.4 Se porventura, durante a vistoria para o recebimento provisório, a FISCALIZAÇÃO constatar algum defeito ou incorreção no serviço



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se prazo compatível, de até 10 (dez) dias da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, para a CONTRATADA, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

11.3.5 Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado no Termo de Recebimento Provisório, por escrito, comunicado à FISCALIZAÇÃO solicitando a realização de nova vistoria;

11.3.6 Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a FISCALIZAÇÃO emitirá comunicado interno no prazo de 05 (cinco) dias, para que sejam tomadas as providencias com vistas ao recebimento definitivo;

11.3.7 Se porventura, durante a nova vistoria, verificar que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

### **11.4 DEFINITIVAMENTE:**

11.4.1 O CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada.

11.4.2 Havendo, no prazo previsto no subitem i. acima, o surgimento de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias contados da comunicação à CONTRATADA, para que esta, às suas expensas, efetue as correções necessárias.

11.4.3 Sanadas as pendências, em até 10(dez) dias após comunicação da CONTRATADA à CONTRATANTE, deverá ser efetuada vistoria final e verificadas as perfeitas adequações do serviço aos termos do presente Projeto Básico, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

11.4.4 Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas;

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções, de acordo com a Lei nº 8.666/93:

12.1.1 Atraso injustificado na entrega do objeto desta contratação: **até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da contratação, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor;

12.1.2 Atraso injustificado na entrega do objeto desta contratação **por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso**, aplicada sobre o valor global da contratação, **podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato;

12.1.3 Atraso injustificado na entrega da **Anotação de Responsabilidade Técnica: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,25% (vinte cinco décimo) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global deste contratação, limitado a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) desse valor, podendo gerar a rescisão do contrato.

12.1.4 Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

12.1.4.1 Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

12.1.4.2 De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;

12.1.4.3 Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

12.2 Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

12.2.1 Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

12.2.2 Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

12.2.3 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

12.2.4 Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.

12.3 Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo;

12.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato;

12.5 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.6 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

12.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

12.8 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

12.9 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **13.1 O GESTOR E O FISCAL**

13.1.1 A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.

13.1.2 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente na Ordem de Serviço ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.

13.1.4 As competências do Gestor e do Fiscal do contrato estão definidos na **Seção V - Da gestão e da fiscalização dos contrato**,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE-RO Nº 004/2008 de 30/10/2008, ou em outra que a venha suceder.

13.1.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

## **14. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

14.1 Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

## **15. ANEXOS**

15.1 Fazem parte deste Projeto Básico os seguintes anexos:

**15.1.1** – Proposta 1 Marok Serviços de Engenharia ([0759134](#));

**15.1.2** – Proposta 2 Marok Serviços de Engenharia ([0759135](#));

**15.1.3** – Proposta 3 Marok Serviços de Engenharia ([0759137](#));

**15.1.4** – Proposta 4 Marok Serviços de Engenharia ([0759139](#));

**15.1.5** – Proposta 5 Marok Serviços de Engenharia ([0759141](#));

**15.1.6** - Ordem de Serviço 10/2021 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759484](#));

**15.1.7** - Ordem de Serviço 11/2021 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759485](#));

**15.1.8** - Ordem de Serviço 12/2021 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759487](#));

**15.1.9** - Ordem de Serviço 13/2021 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759488](#));

**15.1.10** - Ordem de Serviço 14/2021 -  
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759489](#));



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**15.1.11 - Relatório Fotográfico SEMAP/TRE-RO (SINISTRO)**  
([0759507](#));

**15.1.12 - Composição Analítica do BDI** ([0759702](#));

**15.1.13 - Composição Analítica Telhamento** ([0759706](#));

**15.1.14 - Habilitação Jurídica** ([0759848](#));

**15.1.15 - Habilitação Fiscal e Trabalhista** ([0759849](#));

**15.1.16 - Qualificação Técnica Operacional e Profissional** ([0759852](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 10/11/2021, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Secretário(a) de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade**, em 10/11/2021, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Campos Figueiredo, Técnico Judiciário**, em 10/11/2021, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PIMENTEL, Técnico Judiciário**, em 10/11/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Roberto dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 10/11/2021, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0759494** e o código CRC **2734E74D**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0003528-48.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003528-48.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SAOFC

ASSUNTO: **Contratação emergencial** – Dispensa de licitação – Prestação de serviços de engenharia para retirada dos destroços gerados pelo destelhamento do prédio sede da JE em Rondônia.

**PARECER JURÍDICO Nº 206 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I - RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pelo titular do Secretária de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), com intuito de contratação **emergencial** de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de retirada dos destroços decorrente do desmoronamento do telhado do prédio sede da Justiça Eleitoral em Rondônia, ocorrido no dia 29/10/2021, bem como de restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica do referido edifício e a reconstrução da sua cobertura, consoante Termo de Abertura GABSOFC [0759126](#).

**02.** Na Manifestação nº 27/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759493](#)), a SEMAP apresentou análise das soluções, quantitativos e preços apresentados pela empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA para atender a situação de emergência supramencionada, e, ao final, manifestou-se favoravelmente.

**03.** Com vistas ao prosseguimento da contratação emergencial, o Projeto Básico (PB) nº 13/2021 ([0759494](#)) foi elaborado pela SEMAP com os seguintes anexos:

- a) Proposta 1 Marok Serviços de Engenharia ([0759134](#));
- b) Proposta 2 Marok Serviços de Engenharia ([0759135](#));
- c) Proposta 3 Marok Serviços de Engenharia ([0759137](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d)** Proposta 4 Marok Serviços de Engenharia ([0759139](#));
- e)** Proposta 5 Marok Serviços de Engenharia ([0759141](#));
- f)** Ordem de Serviço 10/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759484](#));
- g)** Ordem de Serviço 11/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759485](#));
- h)** Ordem de Serviço 12/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759487](#));
- i)** Ordem de Serviço 13/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759488](#));
- j)** Ordem de Serviço 14/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759489](#));
- l)** Relatório Fotográfico SEMAP/TRE-RO (SINISTRO) ([0759507](#));
- m)** Composição Analítica do BDI ([0759702](#));
- n)** Composição Analítica Telhamento ([0759706](#));
- o)** Habilitação Jurídica ([0759848](#));
- p)** Habilitação Fiscal e Trabalhista ([0759849](#));
- q)** Qualificação Técnica Operacional e Profissional ([0759852](#)).

**04.** Remetidos os autos ao gabinete da SAOFC, seu titular, pelo Despacho nº 2043/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0760111](#)), encaminhou os autos a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) para programação orçamentária e demais providências quanto à solicitação de créditos orçamentários complementares; à Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) para análise do PB juntado; e à Seção de Contratos (SECONT) para elaboração da minuta contratual. Assim, diante dos documentos já elaborados para a contratação pretendida, subentende-se que, “de forma implícita”, o secretário ratifica os atos já realizados e autoriza a continuidade do feito. Ainda, registra-se que a fase de planejamento da contratação foi suprimida em razão da emergência da demanda.

**05.** A COMAP mediante Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 122/2021 ([0760130](#)) atestou que o instrumento





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mencionado está em consonância com as normas gerais de contratações direta com dispensa de licitação estabelecidas pelos artigos 14 da Lei nº 8.666/93, manifestou-se pela adjudicação do objeto à empresa MAROK Serviços de Engenharia Ltda., CNPJ nº 15.706.238/0001-04, com comprovação nos atos de sua regularidade com a Receita Federal, justiça trabalhista, e com o FGTS.

**06.** Em seguida, a referida unidade remeteu os autos, solicitando a tramitação deste processo com a urgência que o caso requer, à COFC para programação orçamentária, e a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, com vistas ao prosseguimento do feito, consoante Remessa 309/2021 ([0760161](#)).

**07.** Por sua vez, a SECONT elaborou a minuta do contrato juntada no evento [0760218](#) e remeteu os autos a esta AJDG para análise do referido documento, conforme Remessa nº 289/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SECONT ([0760219](#)).

**08.** O secretário da SOFC, tendo em conta que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibilizará somente R\$ 458.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil reais), autorizou a COFC a utilização das dotações destinadas com recomposição da fachada para a complementação da diferença do custeio das despesas emergenciais (R\$ 1.497.170,78), anulando-se parcialmente o empenho 2021NE000317, bem como determinou a adoção de providências necessárias, inclusive formalizando o pedido de crédito ao TSE, conforme Despacho nº 2050/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0760389](#)).

**09.** Recepcionado os autos na COFC, seu coordenador procedeu a juntada aos autos da programação orçamentária do valor para o suporte da despesa em R\$ 1.497.170,78 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos), evento [0760421](#).

**10.** Em seguida, por meio da Manifestação nº 454/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0760547](#)), o titular da SAOFC relatou os fatos que ocasionaram a situação de emergência deste Tribunal, bem como os prejuízos causados à estrutura física do prédio-sede e arredores. Também, apresentou e justificou adequadamente as medidas tomadas em caráter de urgência para solucionar de forma rápida as consequências da referida conjuntura. Ao final, manifestou-se, dentre outras, pela aprovação do PB juntado, pela autorização da despesa por meio de contratação direta, com fulcro no art. 24, IV, da Lei nº 8.666, pela contratação da empresa Marok Serviços de Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ 15.706.238/0001-04, para a realização dos serviços no montante de R\$ 1.955.170,79 (um milhão,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

novecentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta reais e setenta e nove centavos) e o consequente empenhamento da despesa.

**11.** Assim instruído, o feito veio a esta Assessoria Jurídica para parecer e análise da minuta de contrato juntada no evento [0760218](#), consoante Despacho nº 1576/2021 – PRES/DG/GADG ([0761057](#)). **É o relatório.**

### **II – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **2.1 POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**

**12.** Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Logo, à luz do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral e dos demais atos normativos que regulamentam as atividades dos Assessores Jurídicos, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria ao Tribunal sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

**13.** Quanto ao mérito deste processo, a Lei de Licitações e Contratos prevê em seu art. 24 os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, caracterizando a exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

**14.** Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso IV, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada **urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e **serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta)**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência** ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

(...)

**15.** Depreende-se da leitura do dispositivo legal citado que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá **ocasionar prejuízo** ou comprometer a segurança de pessoas, obras, **serviços, equipamentos e outros bens, público** ou particular.

**16.** Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos:

- a)** a situação adversa, dada como de emergência não pode ter originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis;
- b)** deve existir urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;
- c)** o risco, além de concreto e efetivamente provável, deve ser iminente e especialmente gravoso;
- d)** a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, deve ser o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado.

**17.** A definição legal de situação de emergência está prevista no Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que assim dispõe:

**Art. 1º** O Poder Executivo federal apoiará, de forma complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em **situação de emergência** ou estado de calamidade pública, provocados por desastres.

**Art. 2º** Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;

II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

**III - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido; (Grifei)

**18.** Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, a saber:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inc. III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas (...) deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

**19.** No caso destes autos, a SEMAP objetivou a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços para retirada dos destroços gerados pelo desmoronamento do telhado do prédio sede da JE em Rondônia “acometido” de violento tornado; restabelecimento de sua infraestrutura de energia elétrica e a reconstrução de sua cobertura, **em regime de urgência**, conforme justificativa apresentada no item 1.3 do PB 13 ([0759494](#)) abaixo transcritas:

### **1.3 Da caracterização da Emergência:**

1.3.1 Tragicamente, no dia 29.10.2021, aproximadamente às 16h, a sede do Tribunal foi acometida por um forte tornado que “arrancou” o telhado frontal do edifício. As instalações foram inundadas com a forte chuva que acompanhou o vendaval.

1.3.2 Com os destroços do telhado, “lançados” pelo vento, o trânsito da Av. Rogério Weber ficou totalmente interditado. Postes de energia elétrica foram derrubados, fiação e cabos destruídos, deixando o Tribunal sem energia elétrica.

1.3.3 As instalações do Plenário, Presidência, Corregedoria, Diretoria-Geral e outras unidades foram inundadas. Móveis e equipamentos foram molhados.

1.3.4 O Datacenter do Tribunal foi desativado, o Tribunal ficou sem acesso a sistemas e ferramentas de trabalho.

1.3.5 O Relatório Fotográfico ANEXO ([0759507](#)) a este Projeto Básico demonstra a situação que a tragédia causou.

1.3.6 Com o início do inverno, novas chuvas adentrando nas instalações do Tribunal poderiam comprometer as paredes de gesso acartonado, instalações elétricas, sistema digital de ar-condicionado, forros, pisos laminados, Noobreak ativos de TI, elevadores e outros. Ações imediatas precisavam ser tomadas para solucionar a grave situação em curto espaço de tempo.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**20.** O conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licitatório deve estar respaldado em situação real decorrente de algum fato imprevisível ou, embora previsível, que não possa ser evitado, **o que vem a ser justamente a situação ora observada nos autos**, tendo em vista o contido na justificativa dos fatos ocorridos e da necessidade de contratação emergencial retratados no PB 13 ([0759494](#)).

**21.** Assim, a situação adversa descrita, caracterizada formal e materialmente como de emergência, evidentemente não se originou, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis pela Administração do Tribunal ou da unidade solicitante. **Pelo contrário**, fato amplamente divulgado nos meios de comunicação do estado de Rondônia (v.g. <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/10/29/video-teto-do-tre-ro-desaba-em-porto-velho.ghtml>), no dia 29/10/2021, aproximadamente às 16h, a sede do Tribunal foi acometida por um forte tornado que “arrancou” o telhado frontal do edifício. As instalações foram inundadas com a forte chuva que acompanhou o vendaval. Com isso destroços do telhado, foram “lançados” pelo vento, e o trânsito da Av. Rogério Weber ficou totalmente interditado. Postes de energia elétrica foram derrubados, fiação e cabos destruídos, deixando o Tribunal sem energia elétrica ([0759507](#) e [0759527](#)). As instalações do Plenário, Presidência, Corregedoria, Diretoria-Geral e outras unidades foram inundadas. Móveis e equipamentos foram molhados.

**22.** A imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, do objeto destes autos, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, demonstrou-se o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado, conforme é possível verificar-se no PB apresentado pela SEMAP, corroborado pela Manifestação nº 454/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0760547](#)) lavrada pelo secretário da SAOFC.

**23.** Não foi vislumbrada saída mais adequada, efetiva e eficiente para evitar os riscos e danos previstos, do que contratação dos serviços por meio emergencial, não só para a recuperação da infraestrutura danificada, evitando-se o comprometimento de outras instalações do Tribunal por eventuais chuvas, uma vez que se iniciou o inverno amazônico, como por exemplo paredes de gesso acartonado, instalações elétricas, nobreaks ativos de TI *etc.*

**24.** Está comprovado nos autos que o cenário não é o normal, logo não é possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos à Justiça Eleitoral, sendo necessário no caso em comento



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mitigar o excesso de formalismo. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes, entretanto, sem olvidar dos cuidados exigidos pelo Tribunal de Contas da União.

**25.** A respeito disso, Antônio Carlos Cintra do Amaral traz a seguinte lição:

A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é compatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência (Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34).

**26.** Como verificado junto aos doutrinadores, os requisitos para que ocorra a contratação direta, de forma lícita, fundamentada nos casos de emergência, podem ser resumidos no binômio: **necessidade e eficácia**. Vale dizer, necessidade da plena demonstração da potencialidade do dano e eficácia da contratação para elidir tal risco. O binômio está atendido no caso sob análise, consoante circunstâncias narradas nos autos, o que demonstra efetivamente que a contratação apresentada é a via *disponível* e *efetiva* para eliminar o risco e danos previstos.

**27.** Vale destacar que, embora haja contratação direta, cabe à Administração envidar esforços para que as justificativas contidas nestes autos apresentem solução efetiva o mais rápido possível, evitando-se ao máximo, novas contratações de maneira emergencial, decorrentes dos fatos narrados no presente feito.

## **2.2 DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

**28.** Passemos à análise da escolha da pretensa contratada, a empresa MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA., CNPJ: 15.706.238/0001-04. A esse respeito, a unidade solicitante traz a justificativa quanto à escolha da empresa no subitem 1.4 do Projeto Básico 13 ([0759494](#)), e destaca que os pontos relevantes motivadores da escolha, conforme demonstrados. Veja-se:

### **1.4 Da escolha da Empresa:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4.1 Imediatamente, o Secretário da SAOFC convocou a Unidade Técnica de Engenharia – SEMAP, para buscar a solução mais rápida para contornar **a grave situação**.

1.4.2 Dentre os fornecedores que já executaram serviços para este Tribunal, a Empresa Amarok Serviços de Engenharia Ltda. foi considerada a mais apta para execução do objeto, pois, **caracterizada a urgência, foi necessário avaliar:** Qualificação técnica da empresa; disponibilidade de pessoal (engenheiro elétrico, eletricitas, auxiliares, e outros); disponibilidade de equipamentos pesados, como caminhões, carretas e guindastes, (dada a quantidade de destroços interditando a Avenida Rogério Werber e a altura que ficaram “penduradas” parte da estrutura metálica e telhas); regularidade fiscal para pagamento e; principalmente: **Disponibilidade para início imediato dos serviços**.

1.4.3 Após reunião com o representante da Empresa, os trabalhos **foram iniciados imediatamente**, com retirada dos destroços, utilização de guindastes e restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica (recolocação de postes, cabeamento, materiais elétricos, etc).

**29.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

**30.** Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima**; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

**31.** Nesse mesmo sentido, a Corte de Contas se manifesta no Acórdão 1379/2007 - Plenário:

Observe rigorosamente, no caso de contratação em caráter emergencial, além do disposto no art. 24, inciso IV, c/c o art. 26, parágrafo único, incisos I a III da Lei no 8.666/1993, com o detalhamento contido na Decisão Plenária no 347/1994, **a necessidade de só efetivar contratações diretas de entidades após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os do mercado, mediante pesquisa de preços, devendo a documentação pertinente constar do respectivo processo de dispensa ou inexigibilidade. Acórdão 1379/2007 - Plenário. (Negritou-se)**

**32.** Conforme verificado nos autos, não se utilizou a sistemática das 3 cotações válidas no mercado. O tópico 4 do PB juntado





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justifica que foi utilizado os parâmetros delineados no Decreto Federal nº 7.983/2013, que estabelece as regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, no âmbito da União e estabeleceu o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Isso porque os serviços em comento são classificados como serviços de engenharia. Acrescentando a isso, é importante mencionar que os responsáveis pela fiscalização das atividades avaliaram as planilhas e constataram sua compatibilidade com o preço médio de mercado, conforme Manifestação nº 27/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0759493](#)).

**33.** Desta forma, observa-se que a escolha da empresa está de acordo com os ditames legais e jurisprudenciais, pois se baseou no preço exequível correspondente a atual realidade de mercado, tendo sido verificada a sua efetividade em relação aos valores praticados neste setor, observando a forma ordinária de aferição de preço referencial apontada como já dito no Decreto mencionado (vide Acórdão TCU 2.056/15 – Plenário e Acórdão TCU 1.352/15 – Plenário).

## **2.3 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL**

**34.** Para fins de constatação dos requisitos recomendados pelo TCU para as contratações emergenciais, observamos seu atendimento conforme acórdão a seguir mencionado:

### **Acórdão 2387/2007 - Plenário**

Zelee para que os processos de dispensa de licitação, motivados por situação emergencial (art. 24, IV, da Lei no 8.666/1993), sejam necessariamente justificados, e comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos, instruindo-os com os seguintes elementos:

- caracterização da situação emergencial ou calamitosa que tenha justificado a dispensa, quando for o caso;
- razão da escolha do fornecedor ou executante; e
- justificativa do preço, conforme disposto nos arts. 37, caput, da Constituição Federal e 26, caput, parágrafo único, incisos I, II e III, da Lei no 8.666/1993.

**35.** A esse respeito, inúmeras são as decisões do TCU, no sentido de somente relizar aquisições com dispensa de licitação, fundada no inciso IV do art. 24 da Lei n. 8.666/93, quando devidamente caracterizada a situação de emergência ou de calamidade pública, desde que a situação não





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis e desde que esteja comprovado que a imediata contratação é o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado (Decisão n. 811/1996 – Plenário e Decisão n. 347/1994 – Plenário).

**36.** Assim, a despeito de tais recomendações, não se pode olvidar que, uma vez presentes todos os requisitos previstos no dispositivo legal em comento, cabível será a dispensa de licitação por emergência, independentemente de culpa pela não realização do procedimento licitatório na época oportuna.

**37.** Neste caso, é inegável que aguardar a solução dos problemas atestados no PB, ensejando possíveis prejuízos a bens e serviços públicos, não seria a melhor solução ao caso, portanto, o administrador não pode permanecer inerte diante desses fatos que reclamam providências que sirvam para rebater e conter as situações emergenciais.

**38.** A professora Vera Lúcia Machado D'Ávila assim ensina: "O enfoque, portanto, delimitador da definição de emergência e urgência, parece convergir ao aspecto 'tempo', ou seja, à verificação de que a via normal de decurso de um procedimento licitatório, sem que medidas efetivas sejam imediatamente adotadas pelo administrador, pode transforma-se em resultado danoso às coisas e pessoas, comprometendo a segurança das mesmas" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. D'AVILA, Vera Lúcia Machado. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 3ª edição. 1998. São Paulo. Malheiros, p.91).

**39.** O Tribunal de Contas da União também reforça a possibilidade da contratação direta em situação de emergência sob o aspecto do *tempo escasso* para uma licitação ordinária:

Ao comentar o inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, o doutrinador Marçal Justen Filho assim expôs (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 11ª Ed. p. 241):

As limitações impostas às contratações por emergência têm de ser interpretadas em face do interesse a ser tutelado. (...) Por isso, o próprio limite de 180 dias deve ser interpretado com cautela. Afigura-se claro que tal dimensionamento pode e deve ser ultrapassado, se essa alternativa for indispensável a evitar o perecimento do interesse a ser protegido.

Com efeito, não se olvida que a regra geral é que as contratações efetuadas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação. Entretanto, no caso da hipótese em abstrato aqui tratada, admite-se a contratação sem licitação para se afastar mal maior, quais sejam, danos irreparáveis e/ou riscos insuportáveis causados por uma maior demora na contratação em decorrência da realização de procedimento licitatório. Trata-se de opção do legislador ordinário com amparo no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Esses riscos/danos nem sempre estarão afastados após o transcurso de 180 dias. Caso estejam, não há maiores questionamentos de que o prazo deve ser respeitado. Entretanto, caso não estejam, o interesse público primário deve ser atendido. A relevância do interesse coletivo e social do objeto contratado, bem como a urgência em seu atendimento, pode fazer com que seja colocado em segundo o estrito cumprimento desse dispositivo legal.

Esse entendimento, compatível com os princípios da finalidade e razoabilidade que regem a Administração Pública, permite, de acordo com o caso concreto, que se preserve determinado bem jurídico mais relevante – imediata ação pública em casos de emergência ou calamidade - em detrimento de outro menos relevante – a realização de licitação. (TCU TC 019.362/2010-2/Plenário).

**40.** Outros dois aspectos que sempre são lembrados pelo TCU nas contratações diretas por dispensa é a **consulta de preços** e a **regularidade fiscal**, especialmente porque são obrigações decorrentes da lei. De fato, o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, exige comprovante de regularidade com o INSS e o FGTS de todos aqueles que contratam com o poder público, inclusive nas contratações realizadas mediante convite, dispensa ou inexigibilidade de licitação, mesmo quando se tratar de compras para pronta entrega (TCU. Acórdão 1467/2003-Plenário). Por fim, quando da realização da dispensa, deve ocorrer a consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório.

**41.** No caso em análise, a empresa cotada apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista à época da cotação de preços, demonstrando-se habilitada a contratar com o setor público, como se verifica nos documentos juntados no evento 0759849. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração e as certidões.

**42.** Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, sobretudo que o risco de prejuízo ao patrimônio público é **iminente**, e ainda tendo como amparo o princípio administrativo da continuidade do serviço público, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, IV, da Lei n. 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, CNPJ nº 15.706.238/0001-04, a qual ofertou preço para os serviços em comento compatível com os valores de mercado, conforme Manifestação nº 27/2021 da SEMAP (0759493) e tópico 2.2 do PB 13 (0759494), tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, conforme item 7 do PB citado.

**43.** De outro lado, o **Projeto Básico 13 (0759494)**, complementado pela Cotação de preços realizada nos autos, e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela proposta da pretensa contratada, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos.

### **2.4. DA MINUTA DO 2º TERMO ADITIVO**

44. Por sua vez, constata-se que a **minuta do contrato** (0760218) foi redigida em consonância com as disposições do Temo de Referência e com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e, sob o aspecto formal, se encontra em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **III - CONCLUSÃO**

45. Ante o exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina nos seguintes termos:

- a) amparado na preservação da continuidade do serviço público prestado por este Tribunal, pela **LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO** da empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 15.706.238/0001-04, de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo nos **art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93**;
- b) pela apresentação do Projeto Básico 13 (0759494) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado, e
- c) pelo **RECONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DE DISPENSA PELA SAOFC** (art. 17, VIII da IN n. 04/2008), devidamente motivada nos autos, principalmente na Manifestação nº 454/2021 -



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0760547), bem como pela **RATIFICAÇÃO** do ato de dispensa pela Diretoria-Geral ou Presidência, de acordo com a alçada de competência (art. 17, inciso IX da IN n. 04/2008).

**46.** Indispensável o atendimento ao art. 26 da Lei 8.666/93, a dispensa deverá ser comunicada dentro de 3 (três) dias à **autoridade competente**, para a ratificação.

**47.** Por fim, para cumprimento do art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada aos autos ([0760218](#)).

**48.** Com precedente na Decisão TCU n. 1336/06-Plenário, entende necessária a publicação na imprensa oficial exigida pelo art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação não se situar nos patamares da dispensa legal

**49.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 12/11/2021, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 12/11/2021, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0761111** e o código CRC **BAC9BDBF**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003528-48.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Contratação emergencial – Prestação de serviços de engenharia para retirada dos destroços gerados pelo destelhamento do prédio sede da JE em Rondônia e restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica do edifício sede do TRE-RO e para a reconstrução da cobertura.

**DESPACHO Nº 1581 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Torno sem efeito o Despacho 1578 ([0761222](#)), por erro material.

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, visando a contratação emergencial de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de retirada dos destroços decorrente do desmoronamento do telhado do prédio sede da Justiça Eleitoral em Rondônia, ocorrido no dia 29/10/2021, bem como de restabelecimento da infraestrutura de energia elétrica do referido edifício e a reconstrução da sua cobertura ([0759126](#)).

A Seção de Manutenção Predial - SEMAP se manifestou favorável às soluções, quantitativos e preços apresentados pela empresa Marok Serviços de Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ nº 15.706.238/0001-04, a fim de atender a situação emergencial ocasionada pelo forte vendaval que atingiu o prédio sede deste Tribunal ([0759493](#)).

O Projeto Básico ([0759494](#)), que estimou o valor da contratação em R\$ 1.955.170,78 (um milhão novecentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos), conforme item 2.2, justifica a escolha da empresa em virtude daquela ter sido considerada mais apta para execução do objeto, tendo em vista sua qualificação técnica; disponibilidade de pessoal (engenheiro elétrico, eletricitas, auxiliares, e outros); disponibilidade de equipamentos pesados, como caminhões, carretas e guindastes; regularidade fiscal para pagamento e; principalmente, disponibilidade para início imediato dos serviços.

Além disso, o PB foi instruído com os seguintes anexos: cotação de preços do proponente ([0759134](#), [0759135](#), [0759137](#), [0759139](#) e [0759141](#)); ordens de serviço emitidas por este TRE-RO em benefício da empresa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0759484](#), [0759485](#), [0759487](#), [0759488](#) e [0759489](#)); relatório fotográfico do sinistro ([0759507](#)); composição analítica do BDI ([0759702](#)); composição analítica do telhamento ([0759706](#)); habilitação jurídica ([0759848](#)); habilitação fiscal e trabalhista ([0759849](#)); qualificação técnica operacional e profissional ([0759852](#)).

A COMAP, em análise do projeto básico, complementado pela cotação de preços do proponente ([0759134](#), [0759135](#), [0759137](#), [0759139](#) e [0759141](#)) e dos documentos de habilitação ([0759848](#), [0759849](#), [0759849](#) e [0759852](#)), entendeu que os documentos se encontram em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 14 da lei nº 8.666/93 para contratação direta com dispensa de licitação, manifestando-se pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0760130](#)).

A COFC juntou aos autos a Programação Orçamentária [0760421](#), no valor de R\$ 1.497.170,78 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos), informando que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA, LDO referentes a este exercício financeiro. Ademais, que haverá suplementação orçamentária do TSE ainda em 2021, no montante de R\$ 458.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil reais), conforme registros do Despacho 2050 (0760389).

Por sua vez, a SAOFC se manifestou pela aprovação do projeto básico; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa da licitação dos serviços; contratação da empresa e o consequente empenhamento da despesa; publicação da ratificação do ato da dispensa de licitação no DOU e no DJE; reconhecimento da necessidade de emissão das ordens de serviços e realização da despesa sem o prévio empenho; autorização da utilização das dotações destinadas à recomposição da fachada, no valor de R\$ 1.497.170,78 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil cento e setenta reais e setenta e oito centavos), para completar as dotações da referida contratação emergencial, com a anulação parcial do empenho 2021NE000317; e pela validação dos atos praticados por aquele Secretário ([0760547](#)).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento nº [0760218](#), remetendo para apreciação da Assessoria Jurídica desta Diretoria, tendo esta por sua vez aprovado os termos da minuta de contrato elaborada pela SECONT, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, bem como opinou pela legalidade da contratação da empresa, de forma direta, por dispensa de licitação, com amparo nos art. 24,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso IV, da referida lei; regularidade do projeto básico; ratificação do ato de dispensa por esta Diretoria-Geral, devidamente reconhecida pela SAOFC; e pela necessidade de publicação do ato na imprensa oficial, em razão do valor da contratação se situar acima dos patamares da dispensa legal ([0761111](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei nº 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

O art. 24 daquela lei prevê os casos de contratação direta, sem a necessidade da realização de licitação. Dentre as hipóteses legais, consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso IV, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada **urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e **serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade**, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

(...)

No caso em análise, visa-se a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços para retirada dos destroços gerados pelo desmoronamento do telhado do prédio sede do TRE-RO, “acometido” de violento tornado; restabelecimento de sua infraestrutura de energia elétrica e a reconstrução de sua cobertura, conforme justificativa apresentada no item 1.3 do PB 13 ([0759494](#)).

A situação adversa descrita, caracterizada formal e materialmente como de emergência, evidentemente não se originou da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disponíveis pela Administração do Tribunal ou da unidade solicitante. Por esse motivo, verifica-se não ter sido vislumbrada saída mais adequada, efetiva e eficiente para evitar os riscos e danos previstos, do que contratação dos serviços por meio emergencial. Com efeito, tal medida por necessária para preservação da infraestrutura, evitando-se o comprometimento de outras instalações do Tribunal por eventuais chuvas, uma vez que se iniciou o inverno amazônico, bem como de paredes de gesso acartonado, instalações elétricas, nobreaks ativos de TI *etc.*

No tocante à contratação da empresa Marok Serviços de Engenharia Ltda., conforme verificado nos autos, não se utilizou a sistemática das 3 (três) cotações válidas no mercado. Entretanto, a escolha da empresa está de acordo com os ditames legais e jurisprudenciais, pois se baseou no preço exequível correspondente a atual realidade de mercado, tendo sido verificada a sua efetividade em relação aos valores praticados neste setor, observando a forma ordinária de aferição de preço referencial, conforme itens 28 a 33 do Parecer Jurídico AJDG [0761111](#).

Com efeito, a empresa comprovou sua regularidade fiscal e trabalhista, mostrando-se habilitada a contratar com o setor público, como se verifica nos documentos juntados no evento nº 0759849. Sendo assim, considerando o cenário de iminente risco de prejuízo ao patrimônio público que se apresentava, é possível enquadrar a despesa no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, realizando-se a contratação diretamente, uma vez que a empresa ofertou preço para os serviços em comento compatível com os valores de mercado, demonstrando reunir as condições mínimas para contratar com o setor público.

Pelo exposto, com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria nº 66/2018, **RATIFICO** a dispensa apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, descrita no art. 24, inciso IV, da lei nº 8.666/93, e, por consequência:

1 - **aprovo** o Projeto Básico nº 13/2021 ([0759494](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, no art. 7º, inciso I e no art. 14 da Lei n. 8.666/93;

2 - **autorizo** a despesa, de forma direta, por dispensa da licitação dos serviços apresentados, com fundamento no art. 24, inciso IV, da lei nº 8.666/93;

3 - **autorizo** a utilização das dotações destinadas à recomposição da fachada, no valor de R\$ 1.497.170,78 (um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil cento e setenta reais e setenta e oito



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

centavos), para completar as dotações da referida contratação emergencial, com a anulação parcial do empenho 2021NE000317.

4 - **adjudico** o objeto à empresa **MAROK SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 15.706.238/0001-04, e **autorizo** a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 1.955.170,79 (um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil cento e setenta reais e setenta e nove centavos);

5 - **determino** a publicação da ratificação do ato da dispensa de licitação no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para cumprimento do art. 26 da Lei de Licitações e Contratos, em razão do valor da contratação não se situar nos patamares da dispensa legal.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 13/11/2021, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0761455** e o código CRC **6734C129**.